



CALDART, R. S. (Org.). **Sobre as tarefas educativas da escola e a atualidade**. 392 p. São Paulo: Expressão Popular. 2023.

Camila Kássia de Paiva

Delcimar Ribeiro da Silva

Esther Aparecida Santos de Assis

Heloydecarlo Batista Marques da Costa

Rodrigo Wesley de Oliveira

Samantha Cristina Cardoso

Tiago Amaral Okasian

O coletivo de autores que elaboraram esta resenha são estudantes do curso de especialização em Didática e Trabalho Docente, do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, *campus* São João del-Rei. Este texto foi produzido a partir de discussões da disciplina Fundamentos e Didática da Educação Básica, ministrada pela professora Dra. Gisele Francisca da Silva Carvalho, no ano de 2024. A obra “Sobre as Tarefas Educativas da Escola e a Atualidade”, escrita por Roseli Salete Caldart e publicada em 2023, é uma contribuição de grande relevância para o campo da educação. A autora explora a relação entre trabalho e educação, criticando a influência da lógica capitalista nas práticas escolares e propondo uma reorganização pedagógica fundamentada na crítica marxista, com ênfase na formação integral e emancipatória dos sujeitos. O livro destaca a escola como um espaço de transformação social, integrando cultura, ética e política, enquanto analisa desafios contemporâneos como inclusão e democratização do ensino, reafirmando o papel da educação na construção de uma sociedade mais justa.

Estruturada em sete capítulos, a obra apresenta o que a autora nomeia, em cada um deles, de tarefas educativas fundamentais para a construção de uma educação emancipatória na atualidade. A partir do reconhecimento das limitações da escola na implementação efetiva dessas mudanças, Caldart defende de forma categórica a necessidade de cada instituição construir seus conteúdos com base em uma análise crítica de seu contexto específico. A relevância do livro é ampliada pela habilidade da autora em articular conceitos teóricos da pedagogia histórico-crítica com questões práticas, fundamentada em sua ampla experiência campo educacional e em movimentos sociais populares. Assim, ao longo desta resenha,

apresentaremos os principais argumentos desenvolvidos pela autora, a coerência interna do texto e suas contribuições ao debate educacional.

A primeira tarefa educativa da escola na atualidade é “**Acolher o Ser Humano em Formação**”. Cada sujeito, produto das relações sociais e históricas que o atravessam, deve ser respeitado, considerado, sendo o acolhimento humano parte do trabalho educativo. A autora aponta a necessidade de fortalecer o sentimento de pertencimento dos discentes no interior das escolas e dizer aos alunos, educandos, que o lugar deles é na escola sim e modificar o histórico de exclusão que funda as vivências dos próprios educadores e das famílias historicamente excluídos. Caldart vai detalhando ao longo do capítulo as dimensões desse processo de acolher, tal como no trecho a seguir: “na escola, a tarefa de acolher é de *receber bem* as crianças, jovens, adultos, idosos, de modo que *sintam, percebam* a escola como um ambiente em que podem *ser o que são*, possam mostrar de onde vêm” (Caldart, 2023, p. 67, grifos da autora). Assim, argumenta que os seres humanos não nascem prontos e há algumas intencionalidades específicas a se considerar já utilizadas em escolas que são sua referência, base para a construção de um ambiente acolhedor, tais como: despertar o interesse ativo pelo que se passa ao redor, contra a alienação e a cortina digital que estamos envolvidos; cultivar o diálogo como postura fundamental na relação educador e educando; acompanhar ativamente as relações de convivência na escola e fora dela. A autora encerra o capítulo destacando que os professores e profissionais da educação também são sujeitos a serem acolhidos.

A segunda tarefa educativa é “**Organizar as vivências de trabalho socialmente necessário**”, é apresentada por meio de uma análise abrangente e aprofundada da relação entre trabalho e educação. A autora enfatiza a importância de uma abordagem pedagógica que ultrapasse a lógica capitalista, fundamentando-se em uma crítica marxista, ao propor a construção de práticas educativas alinhadas a uma perspectiva emancipatória e transformadora. A obra se alinha à Pedagogia histórico-crítica, que propõe que a educação básica não deve apenas preparar indivíduos para o mercado de trabalho, mas sim capacitá-los a compreender e superar as contradições do sistema capitalista, conforme discutido por Marx em sua crítica à alienação do trabalho. A autora argumenta que a vivência do trabalho socialmente necessário (TSN) deve ser integrada ao currículo escolar, promovendo experiências práticas que valorizem a produção de bens de uso e a cooperação, ao invés da mera acumulação de capital. Essa perspectiva é crucial para que os estudantes desenvolvam uma consciência crítica sobre sua relação com o trabalho, reconhecendo-o como uma fonte de desenvolvimento humano e não apenas como um meio de subsistência. No entanto, a obra também levanta questões sobre a

implementação dessas práticas nas escolas, sugerindo que, embora a teoria seja robusta, a realidade das instituições educacionais pode dificultar a efetivação das mesmas.

A crítica à visão alienada do trabalho, que permeia as novas gerações, é um ponto central, pois destaca a urgência de reconfigurar a compreensão do trabalho como uma atividade vital e não meramente como um instrumento de sobrevivência, em consonância com a ideia marxista de que o capitalismo transforma o trabalho em uma mercadoria, desumanizando o trabalhador. O capítulo não apenas contribui para o debate acadêmico sobre educação e trabalho, mas também provoca uma reflexão necessária sobre as práticas pedagógicas atuais e suas implicações sociais, desafiando educadores a repensar suas abordagens à luz da teoria marxista. Ao enfatizar o trabalho como uma prática pedagógica essencial, a obra sugere que a educação pode se tornar uma ferramenta poderosa de conscientização e empoderamento da classe trabalhadora, promovendo uma compreensão crítica das relações sociais e econômicas que moldam suas vidas.

“Exercitar a auto-organização como parte de uma cultura política emancipatória” é a terceira tarefa educativa apresentada. Ao analisá-la, Caldart destaca a necessidade da escola desenvolver uma cultura de auto-organização, visto que a essa exige um trabalho coletivo que atua num movimento contrário ao individualismo imposto pela sociedade do consumo. Tradicionalmente, a escola tende a reproduzir a lógica que promove a competição e o suposto mérito pelos “próprios esforços”, movimento que não leva em conta as inúmeras determinações sociais, nem a necessidade do aprendizado do fazer coletivo. Assim, estimular a auto-organização não seria apenas uma estratégia para o melhor funcionamento da escola, mas um movimento político de formação para uma cultura emancipatória.

A autora destaca que esta tarefa educativa pressupõe não apenas que estudantes e profissionais da educação se organizem coletivamente para superar os desafios surgidos no cotidiano escolar, mas também que se engajem em movimentos sociais e em grupos que cultivem relações humanizadoras e propósitos de transformação, e que atuem para além dos muros da escola, acompanhando, assim, a inserção das novas gerações nesses ambientes. Além disso, Caldart também salienta que, apesar de visar os educandos de todas as idades, a auto-organização, para se concretizar, precisa envolver todos os sujeitos que atuem na escola.

Merece destaque, quanto à auto-organização coletiva, a indicação de que ela deva ser estimulada em todas as idades, não importando qual a série/ano de escolaridade dos estudantes, desde que feitas as mediações e adaptações necessárias. Porém, em qualquer dessas etapas, é necessário que exista certo grau de autonomia, sem o qual o estímulo para a auto-

organização desaparece. Por último, as tomadas de decisões coletivas devem abarcar, idealmente, todas as instâncias da escola, inclusive a gestão. É possível que experiências organizativas mais amplas sejam combinadas com outras mais simples e temporárias, mas elas nunca devem ser entendidas como um jogo, e sim como uma necessidade real do processo educativo. Desta forma, a escola estaria contribuindo para novas relações sociais, baseadas no trabalho cooperativo e organizado diante dos problemas e tarefas da reconstrução social.

A quarta tarefa educativa discutida na obra é **“Desenvolver uma cultura corporal multilateral saudável”**. Nesta perspectiva, Caldart (2023) aborda os desafios e potencialidades da tarefa educativa de desenvolver uma cultura corporal nos estudantes, como forma de garantir a eles(as) uma formação multilateral. A autora ressalta que, neste contexto, a cultura pode ser compreendida como hábito, constância, incorporação de ações, como um elemento amplo e diverso, capaz de reunir diferentes saberes e envolve aspectos sociais e políticos. Por outro lado, ressalta também que a formação multilateral dos sujeitos - ou seja, a diversidade de experiências e expressões corporais, a partir de diferentes práticas e visões - é parte integrante e fundamental de seu desenvolvimento corporal.

Para justificar a importância desta tarefa, por um lado, Caldart desenvolve a ideia do corpo humano como fruto da junção de elementos físicos e materiais com aspectos históricos e culturais; uma entidade ampla e em constante transformação, capaz de agir sobre as forças da natureza e de interagir com elas. Por outro, demonstra que a visão capitalista é uma potente ferramenta que contribui para invisibilizar os corpos dos trabalhadores e as marcas das diferentes violências da sociedade atual, enquanto estimula e cria o “culto da beleza”, por meio do qual gera indivíduos alienados de seus corpos e necessidades, em constante busca por produtos e procedimentos, a fim de obter características corporais muitas vezes irreais e inalcançáveis.

Por isso, caberia à escola a tarefa de desenvolver uma consciência corporal emancipatória, a partir de práticas contra-hegemônicas, que vão muito além das práticas esportivas e jogos, muito comuns nas aulas de Educação Física. Elas podem (e devem) envolver conhecimentos de diferentes áreas do saber e contribuir para a formação integral humana e construção da vida social. Caldart encerra o capítulo abordando cinco dimensões para implantar a cultura corporal na escola, que vão desde a conscientização sobre o próprio corpo e suas potencialidades, até cuidados com a alimentação (e sua relação com aspectos histórico-político-culturais) e as discussões e reflexões sobre sexualidade e afetividade.

Trata-se de um capítulo muito importante, de leitura obrigatória para professores de diferentes conteúdos, com o intuito de incitar reflexões sobre a necessidade de respeitar os(as) estudantes enquanto sujeitos históricos, de validar e considerar suas origens e vivências, e de se trabalhar o desenvolvimento de uma cultura corporal multilateral e verdadeiramente emancipatória.

A quinta tarefa educativa intitulada **“Realizar atividades que garantem a apropriação das bases da criação artística na direção de uma ‘cultura comum’** discute a importância da arte como matriz formadora do ser humano, bem como na formação integral dos alunos. Nesse sentido, a autora argumenta que a criação artística deve ser vista como um processo essencial para o desenvolvimento de uma cultura comum, onde todos têm acesso aos bens culturais e à capacidade de expressão artística.

Caldart também destaca a escola como um espaço privilegiado para a democratização da arte. Ela defende que as escolas devam oferecer oportunidades para que todos os alunos se apropriem das bases da criação artística, independentemente de sua origem social ou econômica. Ademais, segue enfatizando a importância da formação dos educadores uma vez que “na formação das novas gerações e no trabalho pedagógico a ser feito na Educação Básica, é muito importante que educadoras e educadores aprendam a captar e a discutir posicionamentos sociais, políticos dos/das artistas, sua visão de mundo” (Caldart, 2023, p. 211).

Sendo assim, a arte, nesse contexto, é apresentada como uma forma única de conhecimento, capaz de cultivar a sensibilidade e mobilizar subjetividades e ressalta que a arte deve ser trabalhada como parte de uma totalidade cultural e pedagógica, inserida em um projeto educativo maior que visa transformar o mundo em um espaço humanizado. Essa abordagem exige um diálogo constante entre os elementos contraditórios e complexos da criação artística e o processo formativo, atribuindo à arte um papel central na teoria pedagógica e no enriquecimento da cultura.

O texto oferece uma reflexão profunda sobre o papel da arte na educação, mas não detalha como operacionalizar essas ideias na prática pedagógica. Além disso, o conceito de "humanização multilateral" poderia ser explorado com maior clareza para evitar interpretações vagas ou subjetivas. Contudo, sua abordagem integra teoria estética e pedagogia de maneira sólida, fornecendo subsídios para pensar a educação como processo cultural e transformador.

Em suma, o capítulo, assim, chama atenção para a necessidade de se repensar o papel da educação artística na escola, considerando-a como um elemento central para a

formação de cidadãos críticos, criativos e engajados na construção de uma cultura comum, acessível e inclusiva.

No penúltimo capítulo, a sexta tarefa educativa é apresentada: **“Organizar um modo de estudar que garanta a apropriação das bases da ciência”**. São elencados argumentos que fitam a necessidade da apropriação da herança cultural da humanidade, nesse caso da cultura científica, pelos estudantes. Não se faz nem se aprende ciência ignorando o que veio antes, o conhecimento que já existe e sem compreender o próprio desenvolvimento histórico contraditório e as transformações da própria ciência.

A obra frisa também que a ciência, como todo conhecimento, não se constitui como um “saber de redoma”, recatadamente isolado do seu horizonte ideológico, pairando acima de um universo histórico e social em que se origina. Para exemplificar o referido contexto, os autores se apoiaram em uma afirmação de Marx que diz que a apropriação rigorosamente científica do funcionamento da sociedade capitalista torna-se uma arma revolucionária para a classe trabalhadora, porque lhe mostra e lhe abre para “itinerários de transformação”. Porém, é preciso cuidado com o cientificismo. De acordo com Caldart, o cientificismo é uma expressão da ideologia burguesa contemporânea que defende a supremacia da ciência sobre qualquer outra forma de conhecimento e fetichiza seus resultados, tirando-os do movimento histórico e apresentando sua produção como independente, autodeterminada e ideologicamente neutra. Portanto, uma instância superior que teria a autoridade sobre toda a sociedade por estar supostamente acima de interesses individuais e de classe, o que não nos interessa.

Além disso, a autora nos desafia a pensar sobre o modo de estudar dos nossos alunos na relação com a escola contemporânea, afirmando que ele “[...] precisa ser intencionalizado para *reconstituir*, partindo de suas finalidades e em suas circunstâncias específicas, o movimento **dialético da produção da ciência**” (Caldart, 2023, p. 270, grifos da autora). Esse excerto toca em uma questão fundamental para pensarmos nossa concepção de ensino e como organizamos a metodologia das atividades de ensino, sendo que no decorrer do capítulo Caldart vai apresentando uma série de argumentações e possibilidades de novos caminhos pedagógicos visando uma educação emancipatória, nos alertando que tal reconstituição passa por ao menos quatro *atividades-processo*: estudar fenômenos da realidade viva; apropriação de conteúdos relevantes de forma científica; debater a ciência a partir da sua análise histórica; e, por fim, desenvolvimento de habilidades cognitivas básicas. Este é, de fato, um capítulo muito provocativo.

Por fim, a sétima tarefa educativa é **“Reconstruir a Forma Escolar pelo Conteúdo das Tarefas Educativas”**. Nesta perspectiva, a concepção educacional que adotamos implica em determinadas finalidades gerais do trabalho pedagógico escolar e em uma matriz formativa multilateral, que busca integrar os diferentes saberes e práticas no ambiente escolar. Retomando as seis tarefas anteriores, Caldart ressalta que a compreensão de cada uma delas deve orientar as práticas pedagógicas, identificando as necessidades de mudanças no funcionamento da escola, de modo que ela possa atender de forma mais eficaz às demandas sociais e educacionais contemporâneas. Nesse sentido, forma e conteúdo não são entidades separadas, mas se constituem mutuamente em um processo contínuo de transformação. Cada conteúdo pedagógico traz consigo uma forma específica de organização e relação social, que, ao ser implementada, modifica a própria estrutura da escola e suas práticas.

A escola moderna, tal como a conhecemos, é fruto de uma construção histórica intimamente ligada às necessidades do sistema capitalista. A escola capitalista, portanto, é marcada por uma constante tensão entre a reprodução da ordem social existente e a adaptação aos novos conteúdos e exigências da sociedade, possuindo os seguintes traços estruturantes: **A Separação da Vida Real**; A escola, portanto, sempre teve a função de preparar para a vida, mas para uma vida que fosse subordinada à reprodução do sistema econômico e social existente. As tarefas educativas devem, portanto, combater essa separação, reconectando a escola com a vida real e as necessidades de transformação social. **A Oposição entre Trabalho Manual e Intelectual**: O sistema educacional reforça essa separação ao categorizar o conhecimento em diferentes tipos de saberes, muitas vezes criando itinerários diferenciados para estudantes de diferentes classes sociais. A superação dessa oposição é crucial para uma educação mais igualitária e democrática. **Gestão Hierárquica e Centrada no Indivíduo**: A forma de gestão da escola, historicamente baseada em relações hierárquicas, centraliza o poder nas mãos de um pequeno grupo de gestores, enquanto os demais sujeitos, como professores e alunos, têm suas vozes minimizadas. A autora esclarece que essa estrutura reflete a organização das instituições pré-capitalistas, como o exército e a igreja, que tinham como função a disciplina, a obediência e a doutrinação. Na atualidade, a escola tem se aproximado ainda mais da lógica empresarial, com ênfase na eficiência e na padronização, o que afasta a possibilidade de uma educação emancipatória, pois diminui o espaço para a criação pedagógica e para a participação ativa de todos os sujeitos no processo educativo. **O Templo do Ensino e a Sala de Aula como o Centro da Escola**: A escola tende a ser vista como um “templo do ensino”, onde a sala de aula é o único espaço legítimo de aprendizagem. A educação, ao ser restringida ao espaço da sala de

aula, perde sua conexão com as práticas sociais e as experiências de vida dos estudantes. Caldart desenvolve com detalhe a argumentação sobre a grande tarefa educativa de, portanto, transformar a escola em um espaço dinâmico, onde as relações sociais e as condições materiais sejam levadas em conta, e onde a aprendizagem se dê de forma ampla e integrada à realidade dos sujeitos, em que é inegável a necessidade de: reestruturação de como a escola se relaciona com seu entorno, a criação de um tipo de gestão em que todos participem verdadeiramente e a reorganização dos tempos da escola.

Roseli Salete Caldart é uma educadora e pesquisadora brasileira, conhecida por seu trabalho na educação popular e sua ligação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ela tem uma sólida formação em Pedagogia e é inspirada por Paulo Freire. Caldart é uma defensora da educação voltada para as necessidades das comunidades rurais e acredita na importância de uma escola que forme cidadãos críticos e promova a transformação social. Suas publicações abordam temas como educação no campo e pedagogia do MST. O livro ora resenhado combina teoria e prática, sob à luz da pedagogia histórico-crítica, para ajudar a refletir sobre as principais tarefas educativas da escola, visando uma formação humana integral. No decorrer da explanação sobre as sete tarefas educativas, a autora dispõe de uma rica contribuição advinda de sua práxis pedagógica que não só abrange forma e conteúdo escolar, mas permite adaptação conforme as necessidades da comunidade escolar, tornando-se uma relevante obra para o contexto atual, marcado por diversas crises que ameaçam a humanidade. É, sem dúvidas, uma leitura essencial para educadores e estudantes de licenciatura e pós-graduação, reafirmando a importância da educação emancipatória na atualidade.

Recebido: 28 novembro 2024

Aprovado: 03 fevereiro 2025